ESCOLA DOMINICAL E POLÍTICA: OS VALORES CRISTÃOS E AS ELEIÇÕES 2018 NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS DO BRASIL

Liniker Henrique Xavier[1]

Resumo

Em ano eleitoral, a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), braço editorial da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), escolheu o tema "Valores Cristãos: enfrentando as questões morais do nosso tempo" para as lições bíblicas da Escola Dominical. Autoproclamada maior seminário teológico do mundo, a Escola Dominical é um dos mais importantes ambientes das ADs no Brasil e, além de apresentar doutrinas bíblicas semanalmente por meio das lições que são lançadas a cada três meses, o espaço é também utilizado para que a denominação se posicione quanto a questões polêmicas. Entre os meses de abril e junho de 2018, serão abordados temas como ideologia de gênero, direitos humanos, aborto, pena de morte, eutanásia, doação de órgãos, sexualidade, planejamento familiar, política e redes sociais. As escolas dominicais sempre exerceram papel fundamental na educação protestante. É e continua sendo o principal meio de instrução para milhões de seguidores em todo o mundo. No Brasil, as classes infantis são, não poucas vezes, o único elo entre as crianças e a alfabetização, quando estas não têm acesso à educação formal. Com a instalação da crise política e social no Brasil e os extremismos espalhados por todas as partes, as Lições Bíblicas das ADs vêm, antes do pleito presidencial, marcar posição quanto as suas crenças e esclarecer posicionamentos quanto aos valores defendidos pela igreja.

Palavras-chave: Eleições. Pentecostalismo. Escola Dominical. Assembleia de Deus.

Introdução

As Escolas Bíblicas Dominicais (EBD) das Assembleias de Deus são o principal ambiente de ensino dentro da denominação, atendendo a todas as faixas etárias e tratando dos mais diversos temas, desde questões teológicas até fatores que envolvem diretamente a sociedade como um todo. De acordo com o Manual da Escola Dominical (1974), as EBDs não fazem parte da igreja, mas é a própria igreja ministrando o ensino bíblico de forma sistematizada. A função da Escola dentro do meio assembleiano é atender a algumas demandas, conforme destaca Gilberto (1974). Entre essas demandas está o que ele chama de "ensinar as verdades eternas da Bíblia e cooperar na formação dos hábitos legítimos e cristãos", incluindo aí as práticas e deveres sociais. Para ele, são esses valores que resultam na formação "de um caráter ideal, segundo os princípios do genuíno cristianismo".

1 Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Joaquim Nabuco (2013). Mestrando em teologia pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). E-mail para contato: linikerxavier@gmail.com

> A Escola Dominical, quando devidamente aparelhada, é de fato a agência de formação religiosa popular das igrejas evangélicas. É aí que as crianças desde a mais tenra idade, os adolescentes e os adultos, ao receberem o ensino sadio e inspirador das Escrituras, são todos beneficiados: as crianças recebem formação moral e espiritual, os adolescentes formam sua personalidade cristã e os adultos renovam suas forças morais e espirituais para uma vida cristã sempre frutífera e abundante (GILBERTO, 2014, p. 126-127).

De acordo com o manual assembleiano, a escola secular não tem a função de instruir ou contribuir para a formação do caráter cristão dos alunos, já que a sua função é trabalhar prioritariamente o intelecto dos estudantes. Desta forma, no que se refere ao desenvolvimento do caráter, esta é uma demanda a ser atendida pela EBD. Este mesmo manual vai apresentar a instituição da Escola Dominical já nos dias de Moisés, passando pelos sacerdotes, reis, profetas, pelo cativeiro babilônico e pelos dias de Jesus, até chegar aos dias atuais.

O movimento que dá origem à Escola Dominical no modelo como ela existe hoje foi iniciado por volta de 1780, no sul da Inglaterra, por um jornalista evangélico. No Brasil, o trabalho foi iniciado em 1855, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, por escoceses da igreja Congregacional. Na época, o público era formado majoritariamente por crianças, especialmente os filhos dos imigrantes ingleses.

Lições bíblicas

A EBD, de fato, exerce a importante função de expor a doutrina e o pensamento da igreja para os seus fiéis. A publicação “Lições Bíblicas” é o instrumento utilizado para a sistematização dessas informações doutrinárias. Esse é um material produzido desde 1930, quando a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, reunida em Natal, Rio Grande do Norte, decidiu padronizar e administrar o ensino bíblico por meio das lições em todas as congregações do país. Antes, os estudos para as EBDs eram publicados no jornal “Boa Semente”, então veículo oficial da denominação. As publicações eram feitas em formato de suplemento desde 1919, circulando em todo o país com o nome “Estudos *Dominicaes*”.

Inicialmente as Lições Bíblias eram publicadas trimestralmente. Após um certo período, a publicação passou a ser semestral, por conta das dificuldades encontradas com o transporte para a distribuição pelo país, porque o transporte era

feito principalmente por meio marítimo, pela costa brasileira. Mais tarde, as publicações voltaram a ser trimestrais, isto é, quatro por ano.

Desde o início das publicações, as Lições Bíblicas tiveram importância doutrinária e apontavam para a questão dos valores morais à luz da Bíblia. Em 1935, o comentarista Nils Kastberg já falava sobre "o problema das diversões à luz da Bíblia", afirmando que as "diversões do mundo contaminam a alma e nos desligam do Senhor". Ao falar sobre o Estado, Kastberg destaca que os crentes são bons cidadãos, e que "aquele que não é um cidadão respeitável, não é bom crente".

Em 1940, Samuel Nystrom, também comentarista das Lições Bíblicas, trabalhou o tema "Vida Cristã". Á época, ele defendia que os protestantes não podem tomar concepções e costumes dos povos como padrão para a integridade moral, já que o homem não teria a lei básica da integridade. Nystrom divide a sociedade em dois estados: os bons e os maus.

Perfil pentecostal

Precisamos, para entender a importância do tratamento dos valores morais dentro das Lições Bíblicas, descobrir para quem o texto é direcionado, identificando assim de que forma ele se comunica com o seu público alvo. Para tanto, vamos destacar alguns dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a reação do fiel pentecostal nas eleições presidenciais de 2014, baseados em uma pesquisa do Instituto Datafolha.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, mais de 60% dos pentecostais recebiam até 1 salário mínimo. É o maior índice entre os que recebem salário mínimo. Os católicos representavam quase 56%. Os pentecostais também são os menos alfabetizados entre os evangélicos. O percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não foram alfabetizadas é de 4,5% entre os evangélicos de missão e 5,2% entre os evangélicos sem uma vertente determinada. Entre os pentecostais, esse número sobe para 8,6%. São os pentecostais que possuem o menor índice de fiéis com educação superior completa. Apenas 4,1% deles concluíram um curso universitário. A título de comparação, esse número sobe para 31,5% entre os espíritas e para quase 13% entre os candomblecistas. Entre os evangélicos, 12% dos protestantes de missão têm curso superior e 8,4% daqueles que não têm uma igreja determinada também passaram pela faculdade e concluíram

o curso. Mais de 42% dos pentecostais possuem ensino fundamental incompleto, de acordo com os dados do mesmo censo. É o maior índice entre os grupos religiosos.

Pesquisa Datafolha encomendada pela TV Globo e pelo jornal Folha de S.Paulo divulgou os números das intenções de votos nos candidatos por religião para as eleições presidenciais de 2014. As entrevistas foram feitas nos dias 25 e 26 de setembro de 2014, quando Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva disputavam a presidência da república com possibilidades reais de irem ao segundo turno. Entre os pentecostais, a candidata Marina Silva, evangélica, atingia o primeiro lugar com 38% dos votos. Entre os não pentecostais, Marina também liderava, mas com um índice menor, 36%. A candidata Dilma aparecia em segundo lugar com 33% entre os pentecostais e 27% entre os não pentecostais. Aécio Neves atingiu 13% no primeiro grupo e 21% no segundo.

Para compararmos os números, entre os católicos, Dilma aparecia na mesma pesquisa em primeiro lugar, com 45% dos votos, mais de vinte pontos de vantagem sobre a candidata evangélica Marina Silva, que disputava a segunda colocação entre os católicos somando 22%, Aécio aparecia com 20%.

A população evangélica, especialmente a pentecostal, possui um importante histórico de participação nos pleitos eleitorais no Brasil desde a redemocratização. A primeira Constituição do Brasil não permitia que evangélicos concorressem nas eleições. Os cargos deveriam ser pleiteados por católicos, conforme aponta Freston (1994). Havia a obrigação de juramento pela manutenção da fé católica. Assim, um pentecostal poderia até votar, mas nunca ser votado. Nos anos 1980 os evangélicos de um modo geral vivem um período crucial, com a elaboração da Constituição Federal de 1988. Em 2017, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil publica documento com sua declaração de fé onde afirma:

> Sendo um direito público subjetivo de natureza política, o sufrágio decorre naturalmente de nossa condição de cidadão, pelo que, como cidadãos cristãos, podemos votar, ser votados e participar da organização e da atividade do poder estatal (SOARES DA SILVA, 2017, p.150).

Nos últimos anos a CGADB lançou o “Cidadania AD Brasil”, projeto para desenvolver, de acordo com a instituição, “a consciência política na liderança das Assembleias de Deus”. O projeto também gerencia o lançamento dos chamados candidatos oficiais em todo o país. A bancada assembleiana conta com mais de 20 deputados federais, quase 40 estaduais e mais de mil vereadores. No pleito de

2014, apenas Alagoas, Piauí, Paraíba e Tocantins não elegeram um assembleiano. Apesar de nem todos os parlamentares seguirem o mesmo posicionamento em todas as questões, em temas tidos como macro, como a questão do aborto, o posicionamento é unânime.

Valores cristãos em ano eleitoral

Para os meses de abril, maio e junho, as Lições Bíblicas das Assembleias de Deus em todo o Brasil adotaram o tema "Valores Cristãos: enfrentando as questões morais de nosso tempo", iniciando em 1º de abril e indo até 24 de junho, três meses antes das eleições presidenciais no Brasil. As eleições 2018 assumem um caráter absolutamente distinto das outras. O pleito acontece após um impeachment, um governo que divide opiniões quanto a sua legitimidade e à prisão do ex-presidente que alcançou os maiores índices de aprovação durante seu governo. O acirramento político e os extremismos atingem os dois ou mais lados que possam existir na cena brasileira.

As Lições Bíblicas chegam no mesmo momento em que o eleitor pentecostal que, como já vimos, é o mais pobre e menos escolarizado do Brasil, precisa avaliar e decidir quem ele quer à frente da nação e dos governos estudais por quatro anos. O trimestre é comentado pelo pastor Douglas Baptista, líder da Assembleia de Deus Missão, no Distrito Federal. Entre os temas pautados no texto está a ideologia de gênero, segunda lição, questão comumente abordada por todos os candidatos à presidência da república. Sobre o tema, o comentarista afirma:

> A ideologia de gênero pretende relativizar a verdade bíblica e impor ao cidadão o que deve ser considerado ideal. Grande parcela da população não esboça reação e o mal vem sendo propagado. No entanto, a igreja não pode fechar os olhos para a inversão de valores (BAPTISTA, 2018, p. 15).

Na terceira lição do trimestre, o tema são os direitos humanos. Apesar de deixar clara a opção pela legitimidade desses direitos (muitas vezes encarados com preconceito por aqueles que relativizam a pauta), o texto espiritualiza o problema social ao afirmar que "a igreja deve unir forças para restaurar a nação por meio da confissão sincera e do clamor a Deus".

As lições quatro, cinco e seis tratam de questões relacionadas à sacralidade da vida. O comentarista vai condenar a prática do aborto em todos os casos, chamando de eugênica a decisão do Supremo Tribunal Federal de 2012, que

permitiu a interrupção da gravidez em casos de anencefalia. O aborto em caso de estupro também foi condenado na lição, afirmando que “em uma sociedade secularizada, o cristão precisa tomar cuidado com o relativismo e estar alerta quanto às ações de manipulação de sua consciência”. Ao mesmo tempo, na lição seguinte, pena de morte e eutanásia são condenadas por violar a soberania divina.

Os textos do trimestre ainda rechaçam o suicídio e aprovam a doação de sangue e de órgãos. Sobre sexualidade, o comentarista coloca como propósito do sexo – que deve ser monogâmico, heterossexual e somente dentro do casamento – a multiplicação da espécie humana, a satisfação e o prazer conjugal. Ainda sobre a sexualidade cristã, são condenadas pelo comentário as práticas incestuosas, as de zoofilia, adultério e a homossexualidade.

Acerca dos jogos de azar, a lição vai destacar que, ainda que esses jogos sejam legalizados, permanecem sendo uma prática reprovável e prejudicial à sociedade. Prestes a encerrar o trimestre, as Lições Bíblicas tratam ainda do relacionamento do cristão com a política, declarando que “a política faz parte da vida em sociedade. Como o cristão não vive isolado, ele deve ter consciência política, sendo sal e luz nesse mundo”. O comentarista vai considerar que Deus governa todos os aspectos da vida humana, inclusive o político, e que levanta homens que o glorifiquem na política.

Um tópico específico da lição que trata da questão política vai abordar como o cristão deve lidar com ela, alertando para o que ela vai chamar de politicagem. Contudo, mais à frente, Baptista vai observar que, apesar da necessidade de conscientização da igreja, os cultos não devem ser transformados em campanha política, de modo que os momentos da liturgia não sejam substituídos.

> O perigo dos atos politiqueiros envolvendo os cristãos é colocar em descrédito o Evangelho e a igreja. Assim, os políticos contrários às convicções cristãs não podem receber o apoio nem o voto da igreja. No cristianismo primitivo, a igreja em Corinto foi advertida a observar o seguinte princípio: Não vos prendais a um jugo desigual com os infiéis (BAPTISTA, 2018, p. 86).

Considerações finais

As Escolas Dominicais são fundamentais para as Assembleias de Deus por exercerem um importante papel na disseminação de doutrinas e por trabalharem de forma enfática junto aos fiéis os principais posicionamentos da denominação. As EBDs tornam-se ainda mais importantes quando levam em consideração que os

pentecostais são os fiéis menos escolarizados do Brasil, são os que recebem os menores salários e os que menos têm integrantes com educação de nível superior. Dentro das Escolas, as Lições Bíblicas possuem participação e valor histórico. Em 2018, ano de eleições presidenciais, a denominação usa o espaço para tratar de questões que envolvem os valores morais, ressaltando, inclusive, a legitimidade da participação da igreja no cenário político do país. Esta comunicação apresentou, sem juízo de valor, de que forma o comentarista expõe o pensamento da denominação acerca das questões morais, pautado por um perfil conservador. As referências citadas na bibliografia incluem, além dos autores citados no texto, outros que, apesar de não constarem na comunicação por conta do espaço, foram lidos para compor o pensamento como um todo.

Referências

CARSON, D.A. **A Intolerância da Tolerância**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2013.

FERREIRA, Franklin. **Contra a Idolatria do Estado**. São Paulo: Vida Nova, 2016.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético.** Curitiba: Encontrão Editora, 1994.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de Doutorado em Sociologia**. Departamento de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2003.

GILBERTO, Antonio. **Manual da Escola Dominical.** Rio de Janeiro: CPAD, 1974.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Revista Civitas:** Porto Alegre, V.11 n.2, maio-agosto 2011, pgs. 238-258.

SOARES, Esequias. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Ed. Pergaminho, 1986.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. **Revista Brasileira de História das Religiões:** Maringá (PR) v. V, n.15, 2013.